

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 6.174, DE 2023

Inclui o índice IDH entre os critérios de classificação de municípios beneficiários da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN em favor da integração nacional e desenvolvimento econômico e social das regiões.

Autor: Deputado PADOVANI

Relatora: Deputada ANDREIA SIQUEIRA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 6.174, de 2023, propõe incluir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério de classificação de municípios beneficiários da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A justificativa do projeto se fundamenta na necessidade de direcionar os recursos para populações mais vulneráveis, favorecendo a integração nacional e o desenvolvimento econômico e social de cada região.

Trata-se de proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões; despachado à Comissão de Saúde (CSAÚDE); e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, I, do RICD).

Tramita em regime ordinário (art. 151, III, do RICD).

Não há projetos de lei apensados.

Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.



II - VOTO DA RELATORA

Cabe a esta Comissão se manifestar sobre o mérito da proposição quanto à saúde, conforme o inciso XVII do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mede o desenvolvimento de uma população com base em três dimensões: longevidade, educação e renda, permitindo comparações entre países, estados e municípios; apoiando assim a formulação de políticas públicas.

Usar o IDH como critério para priorizar políticas de segurança alimentar e nutricional é relevante, pois ajuda a identificar os municípios com maiores dificuldades para garantir o direito à alimentação adequada. Assim, recursos e esforços podem ser direcionados com mais justiça e eficácia, beneficiando os mais vulneráveis.

Destaca-se ainda que, conforme o § 1º do art. 2º da Lei nº 8.080, de 1990, o dever do Estado de garantir a saúde envolve políticas que reduzam riscos de doenças, sendo a alimentação um fator determinante.

Dessa forma, dentro da competência desta Comissão, entendo que o projeto de lei é meritório. Propomos um texto substitutivo apenas para aprimorar a técnica legislativa, sem alterar o conteúdo da proposição.

Em face do exposto, voto pela APROVAÇÃO do PL nº 6.174, de 2023, na forma do SUBSTITUTIVO anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada ANDREIA SIQUEIRA
Relatora



COMISSÃO DE SAÚDE

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.174, DE 2023

Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para incluir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na definição de prioridades para ações e políticas públicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), para incluir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na definição de prioridades para ações e políticas públicas.

Art. 2º O art. 11 da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 11

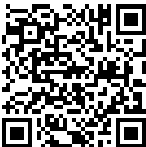
II-

b) propor ao Poder Executivo Federal, **considerando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)** e as deliberações da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se requisitos orçamentários para sua consecução;

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.



Deputada ANDREIA SIQUEIRA
Relatora

Apresentação: 08/10/2025 15:56:05.410 - CSAUDE
PRL 2 CSAUDE => PL 6174/2023

PRL n.2



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257252614500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Andreia Siqueira

